

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS**

**RELATÓRIO DAS REALIZAÇÕES 2018**

**2018**

## **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**

---

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolve atividades de planejamento, gestão, organização, promoção, desenvolvimento e coordenação das políticas públicas de Assistência Social; de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Devido ao seu caráter prioritariamente articulador, exercitou um amplo movimento de diálogo e parceria envolvendo rede de atores dos três entes federados e parcerias internacionais; e em diferentes espaços de controle social.

Em 29 de agosto, foi nomeado o Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do Decreto nº 10.885, passando a vincular-se a ele o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Paraná (COEDE) e à sua subordinação a Coordenação da Política da Pessoa com Deficiência (CPCD), além das atividades e competências relativas à Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência, em consonância com os instrumentos e as deliberações do COEDE/PR.

A SEDS possui, em sua estrutura programática duas Superintendências: Assistência Social e Garantia de Direitos. Uma Unidade Técnica gerencia o planejamento, a execução e o monitoramento do Programa Família Paranaense e é responsável pela execução de recursos oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A SEDS articula e executa o Programa Paraná Seguro, também financiado pelo BID, em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) e a Secretaria Estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU).

Para maior agilidade e eficiência no atendimento das demandas regionais, a SEDS descentraliza a administração por meio de 22 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Foi consolidada metodologia de repasses de recurso fundo a fundo aos municípios, para atendimento às políticas da assistência social, garantia de direitos da criança e do adolescente e garantia dos direitos da pessoa idosa. O aprimoramento do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) e do Sistema de Transferências e Apoio à Gestão (SISTAG), bem como a implantação de protocolos digitais, permitiu maior agilidade no repasse de recursos a municípios e organizações da sociedade civil, em cumprimento às normativas referentes ao governo digital (Decreto n.º 9.360/2018).

A SEDS avançou, em 2018, em seu compromisso com a prioridade absoluta prevista constitucionalmente à criança e ao adolescente, com a adesão ao Programa Criança Feliz, por meio da Deliberação 126/2018 do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS), e Deliberação 96/2018 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) que previu recursos para o fortalecimento das ações voltadas à Primeira Infância.

## **Programa Família Paranaense**

Programa estratégico do Governo, coordenado pela SEDS, que objetiva promover a melhoria das condições de vida das famílias, por meio da articulação entre políticas públicas de várias áreas dos governos estaduais e municipais, em regime de cooperação mútua e com participação das famílias. O Programa Família Paranaense estabeleceu uma rede integrada de proteção às famílias mais vulneráveis, por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades e especificidades do território onde residem, viabilizando o acesso aos seus direitos sociais. Até agosto de 2018, foram mais de 335 mil famílias atendidas pelo Programa.

Há 381 municípios com adesão à metodologia do Programa, com 156 municípios prioritários, 211 municípios de adesão espontânea e 192 desenvolvem a metodologia de Atenção às Famílias de Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas (AFAI). Principais ações:

- Acompanhamento familiar intersetorial - conta com 34,3 mil famílias incluídas, atendidas pelo Programa Família Paranaense, beneficiadas por 334,4 mil ações.
- Realizou a supervisão presencial e à distância dos 180 municípios que aderiram à metodologia desenvolvida ao acompanhamento familiar em 2017. Foram capacitados/supervisionados 891 técnicos. São 3.076 famílias acompanhadas por esta metodologia no Programa Família Paranaense.
- Incentivo Família Paranaense - De 2013 a 2018 foram repassados R\$ 31,2 milhões para 352 municípios, para 2018 está previsto o repasse do Incentivo V aos municípios prioritários, no montante entre R\$ 40 mil a R\$ 80 mil reais por município.
- Fundo Estadual da Infância e Adolescência (FIA) - repasse de recursos aos municípios que aderiram à modalidade AFAI. Foram repassados, até outubro R\$ 8,6 milhões aos municípios e está previsto, até o final de 2018, o repasse de R\$ 4,8 milhões a 89 municípios.

- Benefícios às famílias: a) Renda Família Paranaense - complementar ao Bolsa Família, beneficia famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 95,00; em 2018, até julho, foram beneficiadas 130,4 mil famílias com recursos no montante de R\$ 19,8 milhões; b) Renda Agricultor Familiar - destinado à promoção da inclusão social e produtiva das famílias de baixa renda residentes no meio rural, as famílias recebem apoio financeiro nos valores de R\$ 2,0 mil ou R\$ 3,0 mil reais; até setembro, 3.838 famílias já haviam recebido pelo menos uma parcela do benefício, correspondendo a 68,5% da meta já atingida, com repasse de R\$ 4,91 milhões em 2018 (parceria com a SEAB).; c) Projeto Caixa-d'Água Família Paranaense - foram beneficiadas 185 famílias em situação de vulnerabilidade, sendo transferidos R\$ 185,0 mil em recursos diretos às famílias para a instalação das caixas-d'água, garantindo o acesso à água nos períodos de interrupção de fornecimento; d) Programa Luz Fraterna - até julho, foram beneficiadas 246,5 mil famílias com recursos no montante de R\$ 23,2 milhões.
- Cessão de veículos adaptados e equipados para deslocamento das equipes municipais no atendimento às famílias residentes em áreas rurais e comunidades tradicionais, facilitando o acesso aos serviços públicos, em parceria com a empresa Renault do Brasil S.A. Desde 2015, foram doadas 27 vans para 26 municípios, com previsão de cessão de 11 novas unidades até dezembro.
- Ações de regularização fundiária, requalificação urbana e redução do *déficit* habitacional, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), com investimento previsto de R\$ 125,6 milhões. Foram elaborados os cinco editais a cinco municípios, para a construção de 474 moradias e melhorias em 73 moradias: a) Rebouças (Vila Facão) - obra contratada; as 52 famílias a serem beneficiadas recebem R\$ 480,00 mensalmente de aluguel social, tendo sido repassado, até setembro R\$ 224,0 mil às famílias em aluguel social; b) Prudentópolis (Vila Santana) – em processo de licitação; c) Cantagalo (Vila Chimin) - licitação aberta; d) Wenceslau Brás (Vila Sem Teto) - licitação aberta; e) Imbituva (assentamento) - licitação aberta.
- Para redução do *déficit* habitacional abriram-se duas chamadas públicas, ação em parceria com a COHAPAR: a) Chamada Pública n.º 001/2017 - licitada, com 20 municípios aprovados para construção de 545 moradias, com investimento previsto de R\$ 34,0 milhões; as obras foram licitadas em setembro de 2018 e estão sob análise da COHAPAR; b) Chamada Pública n.º 005/2017 - com a previsão de construção de 500 moradias e investimento previsto de R\$ 39,0 milhões encontra-se em análise a documentação de 138 municípios.

- Oferta de cursos de qualificação profissional para famílias em vulnerabilidade social residentes em 40 municípios prioritários do Programa Família Paranaense - a empresa contratada oferta os cursos elencados de acordo com pesquisa aos municípios. Até setembro foram iniciadas 144 turmas, do total de 160 turmas contratadas; 117 turmas foram concluídas e 2.209 alunos capacitados. Os cursos de qualificação profissional ofertados pelo Programa Família Paranaense possuem taxa média de evasão de 9,98%, que representa a menor taxa de evasão de cursos ofertados no Paraná nos últimos 15 anos. O investimento previsto até o final de 2018 é de R\$ 2,4 milhões (parceria com a SEJU e Secretário Especial do Trabalho).
- Construção de dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e oito Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), assim como repasse de R\$ 100,0 mil para que os municípios possam equipá-los. Até setembro, 08 obras foram finalizadas, 03 estão em construção, 03 foram contratadas, 04 encontram-se em fase de licitação. O cofinanciamento para equipar as unidades foram repassados a 10 municípios, totalizando o montante de R\$ 1,1 milhão.
- Visando o aprimoramento da metodologia inovadora do Programa e sua implementação, foram contratadas sete consultorias, com investimento de R\$ 1,2 milhão, que resultaram em produção de material de apoio, construção de plataforma única de informações agregadas das famílias participantes, vídeo de animação sobre o programa, jogo Família Paranaense em Ação, Guia de Acompanhamento Familiar, supervisão, apoio técnico, consultoria sobre Habilitação Psicossocial das Famílias, além de monitoramento e avaliação, que possibilitaram rever fragilidades e potencializar ações com bons resultados.

## **Assistência Social**

O Estado do Paraná obteve avanços na Política de Assistência Social e demonstrou o compromisso e a importância que o Governo do Estado assumiu para melhorar as condições de vida das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

A Política de Assistência Social é regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, conforme o previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, entre as principais ações do Estado constam realizar o assessoramento técnico e apoio financeiro aos municípios. A aquisição de equipamentos de videoconferência e a reforma na Sala de Gestão, bem como a instalação de equipamentos nos 22 Escritórios Regionais, permitiu a inovação nos procedimentos de capacitação, obtendo

maior capilaridade no acesso à informação, ampliando o número de profissionais atingidos, proporcionando economia financeira e otimização com deslocamento.

O Estado tem ampliado ano a ano o cofinanciamento aos municípios. Com a criação da Lei n.º 17.544 de 17 de abril de 2013, que permite transferência direta de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência social (FMAS), os municípios tiveram maior facilidade para acessar e executar os recursos que antes eram repassados na modalidade convenial, mais morosa e burocrática. São repasses continuados ou pontuais, voltados à qualificação dos serviços ofertados e melhoria da qualidade de vida das famílias, que podem ser investidos em serviços das proteções básica, especial de média e alta complexidade, no aprimoramento da gestão e em benefícios eventuais. Em 2018, foi realizado o repasse de R\$ 31,7 milhões a municípios sendo que os critérios de repasse são baseados em estudos técnicos, pactuados e deliberados na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), assegurando o protagonismo do controle social.

Destaca-se o Programa Nota Paraná, criado em 2016, no qual as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam na Assistência Social, devidamente cadastradas, acessam recursos para fortalecer as ações que desenvolvem. Foram destinados R\$ 67,6 milhões, atingindo 883 OSC's no Estado. Em dezembro de 2018, ainda, o CEAS aprovou, por meio da Deliberação 126, a adesão do Paraná ao Programa Criança Feliz. O estado contará com recursos federais para apoiar os municípios no acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos, visando o desenvolvimento integral das crianças.

## **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

A Gestão do SUAS, no âmbito do Estado do Paraná, tem como objetivo o planejamento das ações de educação permanente dos profissionais, gestores municipais e conselheiros da assistência social, bem como o assessoramento e apoio técnico no que diz respeito às temáticas de Gestão do Trabalho, Educação Permanente e Vigilância Socioassistencial, visando à qualificação e ao desenvolvimento da Gestão da Política de Assistência Social.

- Programa de Residência Técnica - em sua segunda edição, conta com 54 residentes, lotados na sede e nos Escritórios Regionais, que realizam atividades de apoio relacionadas ao processo de gestão, em funções inerentes à sua formação profissional, sendo devidamente supervisionados e acompanhados por profissionais técnicos do quadro de servidores efetivos do Estado.

- Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) - para aperfeiçoar o processo de monitoramento dos CMAS, foi construída ferramenta de acompanhamento sistemático, que identifica a composição e informações relativas ao funcionamento destes, com a utilização de informações disponíveis no Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS), possibilitando assessoramento e apoio técnico de forma assertiva na superação das fragilidades encontradas, resultando no fortalecimento do Controle Social. Em março, havia 206 CMAS com funcionamento insatisfatório; em outubro apenas oito CMAS continuam com situações insatisfatórias.
- Desenvolvimento do case de *Business Intelligence* para gerenciamento de informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), otimizando o processo de vigilância socioassistencial na identificação das situações de risco e vulnerabilidade social, subsidiando a articulação interinstitucional para a superação da pobreza e extrema pobreza, e a realização de ações de apoio para o planejamento das ofertas de serviço socioassistenciais das políticas municipais de assistência social.
- Elaboração de Relatórios de Identificação da população inserida no CadÚnico e perfil de beneficiários - visando o detalhamento dos perfis e sua participação em benefícios e programas sociais. Sua implementação possibilitou a diminuição dos intervalos entre a inclusão das famílias no sistema do CadÚnico e a atualização cadastral, o que resulta em dados mais fidedignos da realidade territorial; e fortaleceu o processo de busca ativa dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que não tinham cadastro ativo no CadÚnico, saltando de 146.247 para 165.500 beneficiários do BPC com cadastro, de maio a setembro.

## **Proteção Social Básica**

Promoveu ações com foco na gestão, fortalecimento, assessoramento, definição de diretrizes e capacitação das equipes regionais da SEDS e dos municípios, tendo como premissa a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social de pessoas e famílias.

O Estado possui 569 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em 399 municípios, que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e referenciam 1.649.125 famílias. Em complemento ao PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), contemplava, em outubro, 112.464 usuários inseridos em mais de 6.900 grupos de atendimento, em 379 municípios.

Com 1.176.080 famílias inscritas no CadÚnico, buscou intensificar o processo de cadastramento e inserção dos beneficiários do BPC junto ao CadÚnico, em articulação com os municípios e conselhos de políticas públicas, de modo que não houvesse prejuízo com a suspensão/cancelamento de benefícios, conforme alterações de legislação pela União.

No que tange aos benefícios socioassistenciais, o BPC garante a transferência mensal de um salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Em complemento à inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, o Programa BPC na Escola conta a adesão de 293 municípios. Com foco na inserção no mundo do trabalho, o Programa BPC Trabalho fomenta a priorização de beneficiários do BPC em programas como ACESSUAS Trabalho, cuja oferta ocorre em 28 municípios.

Foram realizadas capacitações presenciais e à distância por meio de vídeo e *webconferência*, voltadas às equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, técnicos e gestores municipais, com foco na execução dos serviços de proteção social básica, estratégia de mobilização, identificação dos beneficiários do BPC e monitoramento de inclusão e atualização de CadÚnico, execução do Programa BPC na Escola e ACESSUAS Trabalho, operacionalização das ações dos Centros da Juventude, execução das ações previstas no Programa Paraná Seguro.

- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) - além das 10 unidades cofinanciadas com recursos do BID, que serão entregues em 2018, informadas no Família Paranaense, há 17 unidades cofinanciadas com recursos do Tesouro do Estado em processo para construção: 02 obras iniciadas, 07 licitadas, 07 em estudo preliminar e 01 em fase de projeto para implantação.
- Centro da Juventude - encontram-se em funcionamento 24 unidades, construídas com recursos do FIA/PR, que se constituem em espaços para a oferta de atividades de protagonismo, cidadania e convivência comunitária de adolescentes e jovens. Em 2018, foi disponibilizada a segunda parcela do Incentivo Centro da Juventude, no montante de R\$ 1,3 milhão na modalidade fundo a fundo a 12 municípios, contemplando 13 Centros da Juventude que fazem parte do Programa Paraná Seguro-BID.
- Programa Bolsa Agente de Cidadania - desenvolvido pelos Centros da Juventude em 23 unidades, de 22 municípios, contempla adolescentes e jovens de 14 a 24 anos que recebem bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,0 por mês. Até agosto, foram pagas 2.773 bolsas, com recursos do FIA/PR e do Contrato do BID - Paraná Seguro.

- Acompanhamento da execução do SCFV, em 334 municípios cofinanciados com recursos no montante de R\$ 15,9 milhões repassados, aprovados na Deliberação n.º 62/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).
- Acompanhamento da execução do cofinanciamento estadual de R\$ 1,8 milhão a 227 municípios contemplados em deliberações para a oferta e execução de benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Em 2018, 62 municípios receberam os recursos.

## **Proteção Social Especial**

Em 2018, merecem destaque as ações relacionadas a crianças e adolescentes. A parceria com Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) proporcionou a realização de cinco encontros para Diálogos sobre a Socioeducação - Meio Aberto, para atores integrantes da rede de atenção ao adolescente em conflito com a lei do Estado do Paraná e, na sequência, foram realizados cinco encontros da Jornada sobre os Parâmetros para a Qualificação do Atendimento Socioeducativo, em que foram aprofundados os temas junto à rede de atendimento e serviços de medidas socioeducativas em meio aberto. Foi realizada pesquisa juntos aos municípios para verificação da situação do atendimento socioeducativo, com a perspectiva de consolidação dos serviços.

Fortalecendo a prioridade no atendimento às crianças e aos adolescentes, propiciando alternativa diferenciada de acolhimento, foram realizados repasses de recursos financeiros vinculados ao Programa Estadual Crescer em Família, para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e o Curso para Implantação de Serviço em Acolhimento Familiar, direcionado aos profissionais dos municípios, encontra-se em fase de implantação. Os resultados em relação ao fomento realizado pelo Paraná podem ser percebidos pelo aumento, segundo o CadSUAS, de 15 municípios, em agosto de 2017, para 43 municípios com acolhimento familiar (Família Acolhedora), em outubro de 2018.

Foram realizadas: a) capacitações para Crescer em Família - Processo de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Plano Individual de Atendimento; b) ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; c) capacitações presenciais aos serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS); d) II Encontro para Residências Inclusivas e Centro Dia; e) 17 videoconferências com Escritórios Regionais e municípios tratando de assuntos relacionados à Proteção Social Especial (ex.: MSE, PAEFI/CREAS, Centro Dia, Pessoa em Situação de Rua, Regionalização, Mulher em Situação de Violência) com intuito de informar, orientar, dirimir dúvidas,

compartilhar experiências, *feedbacks*, subsidiar as tomadas de decisão e estreitar laços.

Foram realizadas duas campanhas para combate ao trabalho infantil, que atingiram todos os municípios do Estado (Calendário 2018 - Sensibilização às famílias para prevenção e erradicação do trabalho infantil e campanha para a erradicação do trabalho infantil no período do Carnaval).

### **Programas e Serviços de Média Complexidade**

- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – manutenção do cofinanciamento, por meio do PPAS II, no montante de R\$ 2,1 milhões.
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - cofinanciamento estadual, por meio do PPAS III, para expansão regionalizada a 24 municípios, sendo R\$ 2,5 mil/mês, totalizando R\$ 60,0 mil/mês e R\$ 720,0 mil/ano e acompanhamento da implementação e implantação dos CREAS municipais.
- Serviço Especializado de Abordagem Social - manutenção do cofinanciamento a 20 municípios, configurando R\$ 117,5 mil/ mês, e R\$ 1,4 milhão/ano. Em 2018, houve desistência de um município.
- Programa Estadual Liberdade Cidadã - repasse de incentivo financeiro aos municípios que aderiram ao Programa, para o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Dos 144 municípios elegíveis, 131 foram habilitados para receber o incentivo, o que corresponde a R\$ 12,3 milhões.
- Centro Dia para Pessoa com Deficiência em Curitiba - cofinanciamento com recursos estaduais no valor anual de R\$ 240,0 mil, ofertando atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, havendo algum grau de dependência ou agravamento de limitações por violações de direitos.
- Orientação e acompanhamento aos 34 municípios contemplados com cofinanciamento federal para os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e PAEFI, o que ampliou a rede de municípios com aporte financeiro do Governo Federal.

### **Programas e Serviços de Alta Complexidade**

- Programa Estadual Crescer em Família - repasse de incentivo financeiro aos municípios que aderiram ao programa; dos 202 municípios elegíveis,

173 foram habilitados a receber o incentivo, o que corresponde a R\$ 18,4 milhões.

- Programa Crescer em Família - Família Acolhedora - repasse de incentivo financeiro aos municípios que aderiram ao programa; dos 100 municípios elegíveis, 86 foram habilitados a receber o incentivo, o que corresponde a R\$ 4,3 milhões.
- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos - manutenção do cofinanciamento estadual a 99 municípios, por meio do PPAS IV, com valor mensal de R\$ 512,5 mil e anual de R\$ 6,2 milhões, bem como acompanhamento e assessoramento aos municípios.
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - manutenção do cofinanciamento estadual, por meio do PPAS V, a quatro municípios, atendendo 250 pessoas, com R\$ 25,0 mil ao mês, R\$ 300,0 mil ao ano.
- Acolhimento de Idosos - oferta de 38 atendimentos em duas instituições, com custo anual de R\$ 788 mil.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - cerca de 180 atendimentos em parceria com quatro entidades, no valor aproximado de R\$ 5,2 milhões ao ano.
- Residências Inclusivas - cofinanciadas seis unidades de Residências Inclusivas, em cinco municípios, no valor de R\$ 5,0 mil mensais, totalizando R\$ 360,0 mil no ano.
- Residências Inclusivas Regionalizadas - manutenção do cofinanciamento a duas unidades, com capacidade de atendimento a até 20 pessoas, no valor anual de R\$ 360,0 mil.
- Acolhimento Institucional a Pessoa em Situação de Rua - manutenção do cofinanciamento para 20 municípios, resultando no investimento de R\$ 229,3 mil ao mês e R\$ 2,7 milhões ao ano, com possibilidade de atendimento a 1.500 pessoas e/ou famílias.
- Análise e assessoramento aos municípios quanto a solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, determinados judicialmente.
- Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) em que são realizadas análises, assessoramento e visitas técnicas, bem como apoio à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) na avaliação e análise dos egressos do Sistema Penitenciário, com intuito de encaminhamentos para retorno à vida em sociedade.

## **Garantia de Direitos**

Para concretizar iniciativas de Garantia de Direitos, Proteção Integral e enfrentamento às violências sofridas por cidadãos paranaenses, a SEDS adotou uma abordagem integradora, com articulação intermunicipal e construção de diálogos inovadores entre as políticas. As políticas transversais da criança e do adolescente, da mulher, da pessoa com deficiência e da pessoa idosa contaram com a coordenação, assessoramento técnico e apoio da Superintendência de Políticas de Garantia de Direitos (SPGD). A SPGD atuou nas atividades relacionadas à coordenação, articulação, execução das ações e orientação técnica especializada nessas áreas, bem como no gerenciamento do repasse de recursos destinados às políticas mencionadas com a formalização de parcerias por meio de termos de colaboração e termos de fomento. Prestou assessoramento técnico ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE), e Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI).

Destaca-se, a formalização de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) para atendimento a crianças e adolescentes, no âmbito dos editais n.º 2, n.º 4 e n.º 6 de 2017 do CEDCA, que totalizam o repasse de R\$ 27,5 milhões. Foram elaborados editais com o objetivo de formalizar parcerias para a transferência voluntária a OSC's que atendam crianças e adolescentes (R\$ 18,0 milhões); OSC's que atendam pessoas idosas (R\$ 4,0 milhões); OSC's que realizem capacitação com foco em Protagonismo Juvenil para formação de adolescentes para atuação no CEDCA (R\$ 1,2 milhão); e OSC's que realizem capacitação com foco em Controle Social na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes (R\$ 1,8 milhão).

## **Política da Defesa de Direitos da Mulher**

Promove a consolidação da Política Estadual dos Direitos da Mulher, promovendo a integração com as unidades operacionais da SEDS, demais órgãos do Estado e movimentos sociais organizados, fortalecendo a pauta das mulheres na agenda das políticas públicas, e potencializando as ações do poder público ao contribuir para a reversão do quadro de desigualdades persistentes na sociedade. Com objetivo de garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos, a SEDS atuou na articulação, elaboração, coordenação, formulação de estratégias e implementação das políticas públicas para as mulheres no Estado, destacando-se as seguintes ações:

- Assessoramento técnico do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM), conforme as diretrizes do Plano Nacional da Política para Mulheres.
- Elaboração e aprovação do Segundo Plano Estadual dos Direitos da Mulher com vigência de 2018-2021.
- Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) - acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica da Região Metropolitana. Realizou 547 atendimentos tais como: psicológico, social e jurídico, com orientações e informações à mulher em situação de violência.
- Unidades Móveis do Programa Mulher Viver sem Violência (Ônibus Lilás) - adaptado para atendimento individualizado às mulheres do campo e da floresta em situação de violência doméstica; realizou, em 2018, atendimento em 131 municípios.
- Botão do Pânico - capacitação presencial aos municípios que formalizaram parceria para implementação do dispositivo de segurança preventiva, bem como aos profissionais da rede de enfrentamento à violência contra a mulher quanto ao uso e implementação do dispositivo.
- Parceria com a Superintendência da Assistência Social para implantação do Benefício Eventual aos 399 municípios do Paraná, priorizando a sua utilização para o atendimento às mulheres em situação de violência. Foram repassados R\$ 594,0 mil a 79 municípios para cofinanciamento de benefícios eventuais.
- Projeto Costurando o Futuro - viabilizado por intermédio do Paraná Competitivo, foi executado em parceria com a iniciativa privada. Atendimento de mulheres de dez municípios da regional de Francisco Beltrão, e dez municípios da regional de Curitiba, com 20 mulheres por turma, totalizou 400 participantes, para o desenvolvimento de habilidades técnicas de alta-costura, designer, competências empreendedoras e reutilização de retalhos.
- Coordenação do Grupo de Trabalho para a implementação, no Paraná, das diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (feminicídio).
- Organização da Semana Estadual da Mulher com o Lançamento da Campanha Você Pode Mais.

## **Política dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Coordena a Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do assessoramento técnico e articulação intergovernamental e intersetorial nos assuntos relativos à política, garantindo sua execução, em articulação com o CEDCA/PR. Tem por objetivo assegurar, de forma prioritária e permanente, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes paranaenses, bem como efetivar a política da garantia da proteção integral desse público em peculiar fase de desenvolvimento.

- Implementação e acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, com a gestão de processos de acompanhamento e monitoramento do plano de ação pactuado.
- Assessoramento aos municípios para a utilização do novo Sistema de Informação para Infância e Adolescência-Conselho Tutelar (SIPIA-Conselho Tutelar), lançado oficialmente pelo Governo Federal em agosto.
- Ações de Aprendizagem e Qualificação Profissional - encontram-se em tramitação os processos para transferência de recursos: a) visando apoiar programas de aprendizagem - por meio da Deliberação n.º 052/2016 - CEDCA/PR a 50 municípios, dos quais 37 apresentaram adesão; b) visando apoiar programas de qualificação profissional - por meio da Deliberação n.º 081/2016 - CEDCA/PR a 72 municípios, dos quais 66 apresentaram adesão.
- Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes: a) registro das denúncias encaminhadas do Disque Denúncia 181 no SIPIA Conselho Tutelar; b) realização do Congresso Estadual de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes em março do corrente ano, o qual contou com a participação de aproximadamente 900 profissionais de rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente; c) execução da campanha Não Engula o Choro, que contou com a produção e distribuição de 100.000 cartilhas, 100.000 cartazes e produção de vídeos, com alcance em todo o Estado; d) produção e distribuição de 5.000 exemplares do Caderno Orientativo Responsabilidade Compartilhada para o trabalho Intersetorial no Enfrentamento as Violências Contra Criança e Adolescente, com alcance em todo o Estado; e) assessoramento as 22 Comissões Regionais de Enfrentamento as Violências Contra Crianças e Adolescentes; f) gerenciamento do Grupo de Trabalho da Criança, vinculado ao Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz - Núcleo da Paz; g) disponibilização de recursos por meio da Deliberação n.º 051/2016 - CEDCA/PR a 157 municípios, dos quais 129 apresentaram adesão, e os processos encontram-se em

tramitação para transferência de recursos; h) disponibilização de recursos por meio da Deliberação n.º 109/2017 - CEDCA/PR a 32 municípios, dos quais 20 apresentaram adesão, e os processos encontram-se em tramitação para transferência de recursos.

- Foram assinados 11 Termos de Cessão de Uso e seus respectivos Termos de Ajuste e realizada licitação para construção de conselhos tutelares nos municípios de Campo Magro, Mandirituba e Marialva, com recursos repassados à Paraná Edificações para construção direta.
- Em apoio ao aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente foram disponibilizados recursos por meio da Deliberação n.º 107/2017 - CEDCA/PR, aos 399 municípios, para fortalecimento da estrutura dos Conselhos Tutelares; 384 municípios apresentaram adesão, e os processos encontram-se em tramitação para transferência de recursos.
- Assessoramento e apoio a projetos de organizações da sociedade civil que acessam recursos por meio de Editais de Chamamento Público e projetos aprovados junto ao Banco de Projetos/FIA.
- Apoio às ações de outras Secretarias de Estado, as quais abrangem repasse de recursos para execução de ações relacionadas à socioeducação (projetos Karatê no CENSE, Aproximando Famílias, Capacitação dos Profissionais da Socioeducação, Qualificação Profissional dos Adolescentes, Construção de Unidades Socioeducativas, entre outros).
- Fortalecimento de ações voltadas à Primeira Infância - Destinação de Incentivo Estadual no valor total de R\$5 milhões a 62 municípios de Pequeno Porte I que concentram maior proporção de crianças e adolescentes em seu território.

## **Política Estadual da Pessoa Idosa**

Responsável pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações relacionados aos direitos da população idosa em âmbito estadual, bem como a integração e articulação com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, as unidades da SEDS e demais órgãos da Administração Pública Estadual, de acordo com as atribuições de cada política pública setorial instituída, além dos órgãos e entidades nacionais e municipais.

O Paraná é o Estado da Federação com maior número de conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa, totalizando 93,0% de cobertura. Até outubro, contava com 368 conselhos, 268 fundos municipais e 208 planos municipais. Em 2017, foi aprovado o repasse na modalidade fundo a fundo aos municípios, para o

atendimento a projetos voltados à pessoa idosa. A Deliberação n.º 001/2018 ampliou o valor do repasse, totalizando R\$10,5 milhões disponibilizados aos municípios. Ao total, 263 municípios do Paraná apresentaram projetos e 203 foram aprovados. Principais realizações:

- Cofinanciamento fundo a fundo de 41 municípios da Deliberação n.º 01/2017, no valor de R\$ 2,6 milhões.
- Disque Idoso Paraná - 1.167 atendimentos com orientações, esclarecimentos dos direitos da pessoa idosa e encaminhamentos de denúncias aos órgãos competentes.
- Distribuição de 45 mil exemplares de materiais de divulgação sobre os direitos da pessoa idosa.
- Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná - monitoramento do plano com apresentação de resultados obtidos nos primeiros três anos ao Conselho Estadual do Idoso (CEDI).
- Realização de dois seminários de Protagonismo e Valorização à Pessoa Idosa, em Cascavel e Francisco Beltrão, de um Simpósio Macroregional da Política da Pessoa Idosa, Qualidade de Vida e Envelhecimento em Irati e de Evento alusivo ao Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, os quais reuniram aproximadamente 1.500 pessoas.
- Realização de quatro webconferências sob os seguintes temas: Prevenção a Acidentes Domésticos: Cuidados com a Pessoa Idosa; Prevenção a Golpes e Fraudes contra a Pessoa Idosa; Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa; e Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida.
- Realização de capacitação sobre o Estatuto do Idoso aos professores da rede penitenciária, na Penitenciária de Piraquara, com 120 participantes.
- Realização dos Jogos de Salão da Melhor Idade em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) de Curitiba, com a presença de 800 idosos que receberam os manuais de prevenção a acidentes domésticos.
- Lançamento em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do desenho animado Direitos da Pessoa Idosa, que será exibido na rede pública de ensino do Paraná.

## Resumo da Execução Financeira

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	36.228.169,52
Gestão Administrativa	5.818.462,73
Luz Fraterna*	43.555.405,00
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	89.377.212,78
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	155.255.429,93
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	4.658.771,00
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FEID)	10.751.158,85
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	22.714.353,32
Garantia de Direitos da Mulher	1.262.874,33
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	52.060,95
TOTAL	369.673.898,41

FONTE: Relatório Gerencial Despesa e Consulta Razão – Novo Siaf. Dados do dia 19/03/2019.

Atualizado até 31/12/2018.